

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-OESTE E A FORMAÇÃO DE UMA
REDE URBANA CONCENTRADA E DESIGUAL

Aristides Moysés (Universidade Católica de Goiás)

Eduardo Rodrigues da Silva (Universidade Católica de Goiás)

Ocupação e urbanização dos Cerrados do Centro-Oeste e a formação de uma Rede urbana concentrada e desigual

Resumo

Os Cerrados do Centro-Oeste brasileiro continuam ameaçados em decorrência do processo de ocupação de seu solo com produtos voltados para exportação, os quais passaram a ser determinantes, a partir de 1970, para o desenvolvimento da região. A produção de *commodities* substituiu sua vegetação natural por gramíneas como o da soja, do milho, do sorgo e das pastagens as quais, por não cumprirem a função de retro-alimentadoras dos lençóis freáticos dos Cerrados, provocou o desaparecimento de mais de 300 cursos d'água. Cabe ressaltar dois momentos distintos que marcam a ocupação do Centro-Oeste: 1970-1980 período em que as transformações econômicas impuseram um processo de ocupação perversa do bioma Cerrado, resultante da modernização da produção agropecuária, e a década de 1990 quando os efeitos dessa ocupação, associada às transformações ocorridas na produção decorrente da globalização, se manifesta de forma mais contundente provocando um processo de concentração urbana de grandes proporções.

Introdução

A região Centro-Oeste, fortemente influenciada pelo investimento estruturante do Estado, tem se transformado significativamente nas últimas quatro décadas. Este fenômeno se intensificou com a modernização de sua agricultura, o que lhe possibilitou condições competitivas para a produção de *commodities*. Este processo, por um lado modificou as relações de trabalho no campo, substituindo o modelo de produção voltado para a subsistência, por um modelo que contemplava fundamentalmente a produção de mercadorias destinadas para o mercado exportador, por outro lado, desmantelou a incipiente produção agrícola calcada na agricultura familiar, liberando para as cidades, uma leva significativa de migrantes. Esse processo repercutiu de forma intensa nas principais cidades do Centro-Oeste, principalmente nos entornos de Goiânia e de Brasília onde se concentram, em apenas 33 municípios, aproximadamente 40% da população de toda a região.

Goiânia e Brasília, vistas como territórios isolados, possuem indicadores globais que as qualificam como cidades com ótima qualidade de vida e com alto potencial de consumo. Entretanto, quando a análise se estende para o espaço metropolitano, intra-metropolitano e intra-urbano, percebe-se a existência de grandes contradições que revelam outra faceta da realidade social, delineada pela fragmentação e pela segmentação social. Isto significa que os espaços destes territórios estão marcados por forte segregação sócio-espacial, conseqüências

do processo de desigualdades sociais que tem se manifestado também em outras cidades, sobretudo aquelas que se beneficiaram dos dividendos proporcionados pela produção de *commodities*.

Características importantes do Cerrado

Os Cerrados são um tipo de vegetação que se caracteriza por uma variedade de árvores baixas e retorcidas, típicas do Centro-Oeste brasileiro, mas que possam também ser encontradas na Amazônia, em parte do Nordeste e Sudeste Brasileiro e até mesmo no Sul, embora em menor quantidade¹.

Segundo Abramovay (1999:2), o Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro (após a Amazônia) e concentra nada menos que um terço da biodiversidade nacional e 5% da flora e da fauna mundiais. No que se refere à flora, é considerada a mais rica dentre as savanas existentes no mundo. Destaque-se que o Cerrado ocupa posição estratégica tanto do ponto de vista hidrográfico quanto do ponto de vista da geografia econômica.

No que se refere à sua hidrografia, Altair Sales Barbosa, antropólogo pesquisador do Instituto do Trópico Subúmido da Universidade Católica de Goiás, lembra que o Cerrado desempenha papel importante como alimentador das principais bacias hidrográficas brasileiras, tais como a Amazônia, a Caatinga e a Mata Atlântica.

O cerrado é a cumeeira da América do Sul, distribuindo águas para as grandes bacias hidrográficas do continente. Isto ocorre porque na área de abrangência do Cerrado se situam três grandes aquíferos, responsáveis pela formação e alimentação dos grandes rios do continente: o aquífero Guarani, associado ao arenito Botucatu e a outras formações areníticas, mais antigas, responsáveis pelas águas que alimentam a bacia do Paraná. Os aquíferos Bambuí e Urucuaia[...] são responsáveis pela formação e alimentação dos rios que integram as bacias do São Francisco, Tocantins, Araguaia e outras, situadas na abrangência do Cerrado. Estes aquíferos, que se vêm formando durante milhões de anos, de pouco tempo para cá não estão sendo recarregados como deveriam, para sustentar os mananciais. Isto ocorre porque a recarga dos aquíferos se dá pelas suas bordas nas áreas planas, onde a água pluvial infiltra e é absorvida cerca de 60% pelo sistema radicular da vegetação nativa, alimentando num primeiro momento o lençol freático e lentamente vai abastecendo e se armazenando nos lençóis mais subterrâneos. Com a ocupação dos chapadões de forma intensa, que trouxe como consequência a retirada da cobertura vegetal, sua substituição por vegetações temporárias de raiz subsuperficial, a água da chuva precipita, porém não infiltra o suficiente para reabastecer os aquíferos. Consequência, com o passar dos tempos, estes vão diminuindo de nível, provocando, num primeiro momento, a migração das nascentes, das partes mais altas, para as mais baixas e a diminuição do volume das águas, até chegar o ponto do desaparecimento total do curso d'água. Convém ressaltar que este é um processo irreversível (BARBOSA, s/d).

A esse respeito Abramovay (1999:3) afirma que “a água acumulada nos lençóis freáticos dos Cerrados do Centro-Oeste vai abastecer nascentes que dão origem a seis das oito maiores bacias hidrográficas brasileiras, exceção apenas para as bacias do Rio Uruguai e do Atlântico Sudeste”.

Os Cerrados ocupam 85% do grande platô do Brasil Central Brasileiro, o que representa cerca de 20% da superfície do Brasil. Em suas entranhas está grande parte das nascentes que abastecem as principais bacias hidrográficas brasileiras, tais como a Amazônica, o São Francisco e a Bacia do Prata.

Além disso, a região central do Brasil distribui as águas das bacias do Amazonas, do São Francisco e do Prata, e sua abundância hídrica é importante na vegetação (Pires, 1996:52, Apud Abramovay (1999)). Esta ligação permite o intercâmbio de sementes, pólen e mesmo a dispersão da fauna através das matas de galeria que acompanham córregos e rios, possibilitando que indivíduos de espécies do Cerrado se acasalem com representantes de espécies da Amazônia, da Mata Atlântica, da Caatinga, o que contribui para aumentar a variabilidade genética das espécies (Novaes, 1994, Apud Abramovay (1999)).

Em suma, o Cerrado é considerado uma das principais áreas de ecossistemas tropicais da Terra, sendo um dos centros prioritários para a preservação da biodiversidade do planeta. Entretanto, vários fatores têm contribuído para alterar essa situação. Dentre elas, duas são relevantes: a pressão urbana e o rápido estabelecimento de atividades agrícolas na região vêm reduzindo rapidamente a biodiversidade destes ecossistemas.

No que se refere à sua geografia econômica, a posição estratégica do Cerrado vem atraindo investimentos, a partir dos anos 1970, pelas seguintes razões: por estar no centro do país, portanto próximo aos grandes centros consumidores; pela sua malha rodoviária que facilitaria o escoamento da produção; pelo desenvolvimento de cultivares adaptados ao solo e clima, pela sua geografia com grandes extensões de planícies, o que propicia o desenvolvimento da pecuária e da agricultura mecanizadas, dentre outras. Por isso, grandes empresas agropecuárias se instalaram no Centro-Oeste, sobretudo no Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado de Goiás, graças aos incentivos governamentais, transformando a Região numa das principais produtoras de *commodities* oriundos das agroindústrias.

Cabe destacar que, na segunda metade dos anos 1970, o Governo Federal criou o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que previa grandes investimentos em infra-estrutura, recursos para a pesquisa agropecuária e assistência técnica

na região Centro-Oeste do País. Esse Programa compreendia três programas especiais: Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), Programa Especial da Região de Grande Dourados (PRODEGAN) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (GEOECONÔMICA)

É visível a transformação que os incentivos fiscais provocaram na região como um todo. Segundo dados estatísticos do Ministério da Agricultura, a evolução da ocupação das terras dos Cerrados Brasileiros, que passou de 5 milhões de hectares cultivados com cereais, com uma produção de cerca de 5 milhões de toneladas de grãos, em 1970, para cerca de 10 milhões de hectares e produção média de 20 milhões de toneladas, em 1990, duplicando a produtividade média. Atualmente, a região é responsável por cerca da terça parte da produção brasileira de grãos.

Da mesma forma, grandes extensões de terras foram ocupadas com pastagens para a produção de carne e leite. A produtividade elevou-se significativamente com o uso de técnicas de melhoramento genético e de manejo de rebanho, colocando a região numa posição de destaque no *ranking nacional*, com 40,5% do rebanho nacional, ou seja, aproximadamente 60 milhões de animais.

Ocupação desordenada do Cerrado e desigualdades sociais nos centros urbanos

Destaquem-se dois aspectos relevantes. O primeiro é historicamente conhecido e refere-se ao desmantelamento das formas de produção rudimentares de cultivo da terra, voltadas para a subsistência das famílias envolvidas. Este processo foi hegemônico até o final dos anos 1960 e foi sendo substituído por uma estrutura econômica e tecnológica moderna a partir dos anos 1970. Isto viabilizava a produção de escala visando, sobretudo o mercado exportador. Sob esse aspecto, estudiosos vêm analisando o agravamento das condições sócio-econômicas nos centros urbanos, provocado pelo afluxo intenso de pessoas para as cidades, mas também com conseqüências psicossociais provocadas pelo que os antropólogos chamam de *desenraizamento*, ou seja, a falta de chão, de convivência mais profunda, enfim, saudades de suas raízes ligadas essencialmente ao cultivo da terra.

A outra abordagem tem a ver com a forma como se utiliza o solo e os problemas ambientais derivados de seu uso. Sendo assim, cabe uma pergunta: existe uma correlação entre ocupação e desigualdades sociais nas cidades, fruto de um processo desordenado e perverso de ocupação do Cerrado no Centro-Oeste?

Primeiramente, por que perverso? O “perverso” pode ser explicado a partir de três variáveis que se complementam e são indispensáveis para transformar a região numa grande produtora de “*commodities*” (grãos, cana-de-açúcar, carnes, algodão, entre outros): ver o Cerrado como área de fronteira; larga utilização de pivôs de irrigação e uso intensivo de fertilizantes, sobretudo agrotóxicos. Inúmeros estudos, principalmente do Centro de Pesquisas Agropecuárias dos Cerrados (CPAC), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) têm apontado as fragilidades do Cerrado no que se refere à sua forma de ocupação, ou seja, ocupar esse bioma como área de fronteira é exaurir dele toda a fertilidade que possui, fertilidade essa que tem como função garantir o futuro do próprio bioma.

Mais uma vez vale registrar as observações de Abramovay (1999:5) quanto à abundância de água nos Cerrados e sua função irrigadora do próprio solo:

Esta concentração do período das chuvas sucedida por uma prolongada seca (4 a 7 meses) determina a estratégia adaptativa das plantas de buscar água a dez metros de profundidade, o que faz com que a vegetação e a vida animal nos Cerrados sejam mais importante sob o solo do que acima de sua superfície (**Floresta de cabeça para baixo**), ajuda a explicar a ausência de campanhas públicas voltadas a sua preservação. (**o grifo é nosso**).

Ao se fazer uso intensivo de pivôs, coloca-se em risco as fontes perenes de água, muitas delas provenientes de “águas profundas”. A esse respeito, Abramovay (1999:9) estimou que o consumo de água em pivôs, em certas épocas, chega-se a 3,45 bilhões de litros de água utilizados em irrigação diariamente, apenas no Estado de Goiás – cerca de 20 vezes o consumo doméstico diário do milhão de pessoas que vivem em uma cidade como Goiânia.

“É um risco, uma vez que não se tem conhecimento confiável dos aquíferos da região, suas áreas de recarga e descarga, seus ciclos internos e sua capacidade de suporte”. “Esta situação de conflito entre irrigação e abastecimento urbano fez com que “em Goiás, na última estação seca, o Ministério Público tenha lacrado pivôs centrais para que não se comprometesse o abastecimento de cidades inteiras”

Outro problema está relacionado ao uso de fertilizantes (agrotóxicos), sobre os quais só recentemente o Congresso Nacional produziu legislação específica visando o controle de sua utilização. Ainda assim, um controle mais efetivo esbarra na morosidade e deficiência do aparato de fiscalização. Surge, portanto, a hipótese de que também é pertinente relacionar as desigualdades sociais nas cidades às questões ambientais advindas de um processo produtivo *não sustentável* do ponto de vista ecológico e, não associá-la exclusivamente apenas às formas clássicas de explicação das desigualdades. A decisão de migrar pode ser encarada, num primeiro momento, como uma atitude de revolta contra as condições em que se está

vivendo. No caso do Cerrado, o processo perverso de preparo da terra, visando ampliar a produção de grãos e de carne, está exaurindo as potencialidades naturais de seu solo e tornando o acesso à água cada vez mais difícil, na medida em que o lençol freático foi ficando mais profundo. Como consequência, várias nascentes secaram². Num segundo momento, quando o migrante já está novamente instalado, ainda que em situação precária, o ato de migrar assume a forma de um engajamento com o propósito de se promover transformações pessoais, familiares.

Formação da Rede Urbana no Centro-Oeste

Apesar de o Centro-Oeste, no seu conjunto, se apresentar como um território de baixa densidade demográfica pode-se dizer que a partir dos anos 1970 formou-se uma rede urbana que desempenha papel importante na estruturação do espaço regional-urbano. No processo histórico, identificam-se alguns vetores que dinamizaram a ocupação do Centro-Oeste. Assim, estímulos endógenos, como as atividades mineradoras, a pecuária extensiva, a implantação da ferrovia, a melhoria das precárias estradas rodoviária e a implantação de infra-estrutura, ao longo do tempo, foram importantes para a conformação dos núcleos urbanos, porém insuficientes para dar a densidade demográfica necessária à ocupação do Centro-Oeste.

Entretanto, reconhece-se também que o impulso necessário à formação de uma rede urbana densa, mesmo localizada em somente alguns pontos deste território, necessitou de estímulos exógenos de grande monta, sobretudo a partir dos anos 1930, tendo o Estado (governo federal e estadual) como principal agente estruturador.

Como destaque de ações concretas, deve-se salientar a construção de Goiânia, cuja pedra fundamental foi lançada em 24 de outubro de 1933. Já nos anos 1950, antes mesmo da construção de Brasília, Goiânia já era um núcleo urbano expressivo, com uma população acima de 100 mil habitantes, com um comércio dinâmico, sinalizando que tinha vocação e assumiria muito brevemente a condição de núcleo polarizador, o que de fato ocorreu.

A construção de Brasília à partir da segunda metade dos anos 1950, consolidada no início da década de 1960, intensificou ainda mais o processo de ocupação da região, na medida em que atraía um contingente significativo de imigrantes. A implantação dessas duas capitais planejadas no Planalto Central possibilitou a formação do “eixo” Goiânia-Anápolis-Brasília, que reúne atualmente 33 municípios, constituindo-se num espaço de grande concentração de população, representando mais de 1/3 da população total do Centro-Oeste.

Metamorfose Urbana no Centro-Oeste e no Planalto Central Brasileiro

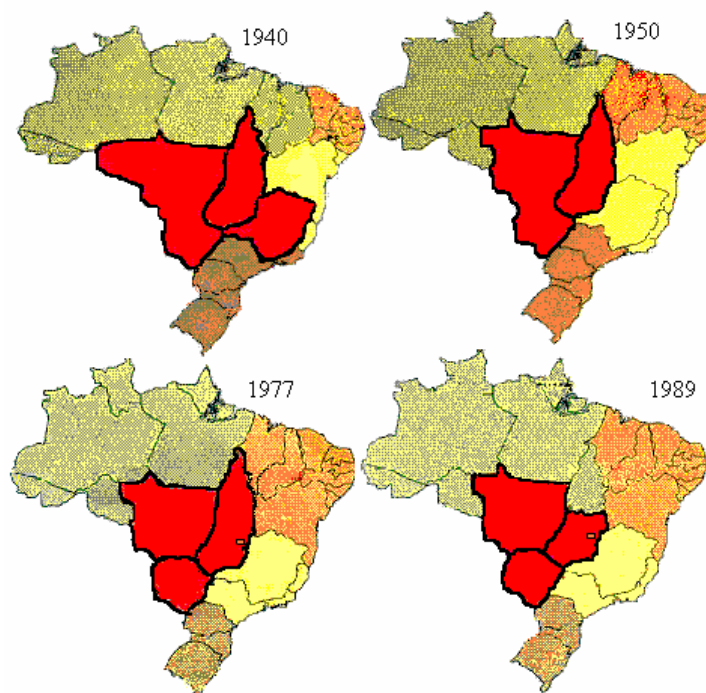
A urbanização do Planalto Central fez parte integrante do mesmo processo que urbanizou a região Centro-Oeste. As cidades de Goiânia e de Brasília são o alfa e o ômega, e ambas têm o Estado de Goiás como base logística, já que dele emergiram. Vale ressaltar que a construção dessas duas cidades, em pleno cerrado, constituiu um dos fatos mais relevantes que ocorreram naquele período.

Assimetrias à parte, também o desmembramento do Estado de Mato Grosso, em 1977, implicou a criação do Estado do Mato Grosso do Sul e transformou Campo Grande em capital, o que constituiu também um fato relevante, na medida em que a resultante dessa decisão foi a consolidação do desenvolvimento econômico do lado sul do antigo Estado e a consolidação de um grande centro urbano que já existia, mas que ganhou impulso quando foi alçado à condição de capital. Quatro decisões tomadas exogenamente, ou seja, primeiro a construção de Goiânia, segundo a de Brasília, terceiro o desmembramento do Estado de Mato Grosso, e por fim, em 1989, a subdivisão de Goiás, recebendo a parte norte o nome de Tocantins, que passou a integrar a região Norte do país. Embora em momentos diferentes, foram frutos de ingerências tomadas endogenamente que resultaram na conformação de um espaço urbano dinâmico na região Centro-Oeste.

A reflexão a seguir, tem como referência temporal os seguintes períodos: 1930-1969 e 1970-1989. Os anos 1990 serão objetos de estudo à parte, sendo uma década marcada por políticas públicas de caráter mais restritivo, que confrontaram as das décadas anteriores, assumindo, portanto, funções explícitas de *desmonte* dos instrumentos de estruturação da economia regional, e sinalizando o advento das políticas de recorte neoliberal.

Características sócio-econômicas da ocupação do espaço centroestino

Conforme Moysés (1999:3-4), a conformação geo-espacial da região Centro-Oeste vem sofrendo modificações significativas ao longo das últimas décadas, como pode ser observado na seqüência apresentada na Figura 1, em que 1940, a Região era formada pelos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; contudo, na década seguinte, passou a ser composta apenas pelos dois últimos. No Governo JK, foi criado o Distrito Federal (DF), dando início à construção de Brasília. Em 1977 e 1989, os Estado do Mato Grosso e Goiás, respectivamente, foram subdivididos. Dessa forma, a Região Centro-Oeste atualmente é constituída pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal.

Figura 1 - Conformação Geo-espacial da Região Centro-Oeste

Fonte: IBGE – Anuário estatístico 1996.

O Centro-Oeste brasileiro ocupa 18,8% do território nacional e possui atualmente uma população de mais de 11,5 milhões de habitantes, representando 6,9% da população total brasileira. Desse contingente, 86,7% constituída em população urbana, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - População Residente, urbana e rural do Centro-Oeste – 1991-2000

CO/Brasil	Urbana		Rural		Total		Urbanização	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	110.990.990	137 953 959	35.834.485	31 845 211	146.825.475	169 799 170	75,6	81,2
CO	7.663.122	10.092.976	1.764.479	1.543.752	9.427.601	11.636.728	81,3	86,7
MS	1.414.447	1 747 106	365.926	330 895	1.780.373	2.078.001	79,4	84,1
MT	1.485.110	1 987 726	542.121	516 627	2.027.231	2.504.353	73,3	79,4
GO	3.247.676	4 396 645	771.227	606 583	4.018.903	5.003.228	80,8	87,9
DF	1.515.889	1 961 499	85.205	89 647	1.601.094	2.051.146	94,7	95,6

Fonte: IBGE - Censos

Elaboração: Prefeitura de Goiânia - SEPLAM/DPSE/DVPE/DVSE.

Todos os estados da região têm sua população vivendo majoritariamente nas cidades. Esse grau elevado de urbanização vem ocorrendo a partir dos 1970. Até então a população do Centro-Oeste era predominantemente rural. Isso significa que a dinâmica econômica das cidades existentes era determinada pelo setor rural, cuja base econômica era constituída por uma economia de subsistência, o que, em termos de renda, empobrecia a economia de toda a região.

Com base nos censos de 1940 a 1960, observou-se que o Centro-Oeste era uma região quase despovoada, considerada, por Milton Santos (1996:61), uma região virgem, um imenso vazio, pré-mecânica, conforme Tabela 2. Até final dos anos 60, menos de 3 milhões de pessoas habitavam toda a região, que apresentava uma densidade demográfica de 1,8 hab/km², enquanto a população do país era de aproximadamente 70 milhões de brasileiros, com uma densidade demográfica de 8,2 hab/km².

Tabela 2 - Densidade Demográfica da Região Centro-Oeste 1940-2000

CO-BRASIL	ÁREA (Km ²)	DENSIDADE POPULACIONAL – TOTAL						
		1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
BRASIL	8.547.404	4,8	6,1	8,2	10,9	13,9	17,2	19,92
CENTRO-OESTE	1.612.077	0,8	1,1	1,8	3,1	4,7	5,8	7,23
Mato Grosso do Sul	358.159	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	5,0	5,81
Mato Grosso	906.807	0,5	0,6	1,0	1,8	1,3	2,2	2,77
Goiás	341.290	2,4	3,6	5,6	8,6	11,3	11,8	14,69
Distrito Federal	5.822	0,0	0,0	24,1	92,3	202,1	275,0	352,16

FONTE – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Depto. de População e Indicadores Sociais, Censos Demográfico.

A partir de 1970, esse quadro se alterou, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista da urbanização. O Centro-Oeste passou a ser, em termos relativos, a região que mais cresceu economicamente em todo o país. Também, a que mais se urbanizou. Os números confirmam que houve uma mudança radical no perfil de sua ocupação a partir daquele ano. A densidade demográfica no Centro-Oeste teve crescimento assustador em relação ao conjunto das outras regiões do país. Destarte, enquanto a média de crescimento da densidade do Brasil, no período de 1960 a 2000, foi de 142,9%, a do Centro-Oeste foi de 301,7%, evidenciando a força do movimento migratório em direção à região.

Esses dados, para Milton SANTOS (1996:61), mostram a região Centro-Oeste como um espaço muito receptivo aos fenômenos de urbanização, dado, segundo ele, o seu caráter de despovoamento. Por isso, descobre que a região:

“Pode, assim, receber uma infra-estrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. Desse modo, aí o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento”.

Outra interpretação, mais recente, não reconheceu a região como um vazio econômico ou demográfico, na medida em que o ciclo mineratório possibilitou a emergência de núcleos

urbanos necessários às atividades econômicas da mineração. Segundo estudo do IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2002:163),

“...não se tratava de uma área até então desocupada, ou um grande vazio, como é suposto freqüentemente. Em função do legado histórico, a região dispunha de núcleos e experiências de vida urbanas importantes, ainda que dispersas, tipificando uma ocupação descontínua e sustentada por uma base econômica tradicional, subproduto característico da atividade mineratória originária”.

Este estudo reconhece, entretanto, que a região tinha como característica uma população rarefeita, o que lhe conferia um adensamento pouco significativo e uma economia assentada em formas arcaicas de relações sociais (pecuária extensiva, agricultura de subsistência, regime de posse da terra e de trabalhadores agregados), o que implicava, “...uma relação sócio-econômica com grande capacidade de resistência aos estímulos do mercado”.

Observando os dados da população em termos absolutos, (Tabela 3), pode-se verificar que até a década de 1960, a população do Centro-Oeste representava menos de 5% da população brasileira. A partir da década de 1970, este percentual se aplicou de 5,4% a 6,9%, conforme o Censo 2000. Verifica-se que 60,6% da população do Centro-Oeste está concentrada no Estado de Goiás e no Distrito Federal.

Tabela 3 - População Total Residente na Região Centro-Oeste - 1940-2000

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
BRASIL	41.236.315	51.944.397	70.070.457	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169 799 170
CENTRO-OESTE	1.258.679	1.736.965	2.942.992	5.073.259	7.544.795	9.427.601	11.636.728
CO/Brasil (%)	3,1	3,3	4,2	5,4	6,3	6,4	6,9
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	1.369.567	1.780.373	2.078.001
Mato Grosso	432.265	522.044	889.539	1.597.090	1.138.691	2.027.231	2.504.353
Goiás	826.414	1.214.921	1.913.289	2.938.677	3.859.602	4.018.903	5.003.228
Distrito Federal	0	0	140.164	537.492	1.176.935	1.601.094	2.051.146

FONTE – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Depto. de População e Indicadores Sociais. Censo Demográfico.

De 1940 até o final dos anos 1960, as taxas de crescimento populacional, apresentadas na Tabela 4, foram superiores às das demais regiões do país. A partir dos anos 1970, continuaram ascendentes, porém em índices menores. Cabe destacar que as taxas de crescimento do Centro-Oeste só perdem para o Norte do país, o que evidencia o papel desempenhado pela região como “porta de passagem” para o processo de interiorização do desenvolvimento.

Tabela 4 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População, Segundo as Grandes Regiões e Unidades Federativas do Centro-Oeste 1940 - 2000

BRASIL E REGIÕES	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
BRASIL	2,3	3,0	2,9	2,5	1,9	1,6
Norte	2,3	3,3	3,5	5,0	3,9	2,9
Nordeste	2,3	2,1	2,4	2,1	1,8	1,3
Sudeste	2,1	3,1	2,7	2,6	1,8	1,6
Sul	3,2	4,1	3,5	1,4	1,4	1,4
Centro-Oeste	3,4	5,4	5,6	4,1	3,0	2,4
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	2,4	1,8
Mato Grosso	1,9	5,5	6,0	-3,3	5,4	2,4
Goiás	3,9	4,6	4,4	2,8	0,4	2,5
Distrito Federal	-	-	14,4	8,2	2,8	2,8

Fonte dos Dados Básicos: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991. Tabela extraída do Relatório MPO/SEPPE “Revisão das Estratégias de Desenvolvimento do Centro-Oeste: Relatório Final da Coordenação (1998)”. 1991/2000 – IBGE – Download – Censo/Dados do Universo

Portanto, com exceção da região Norte, a partir de 1970, as taxas de crescimento anual da população total do Centro-Oeste foram superiores à taxa nacional e às das demais regiões do país. Ressalte-se que todos os Estados do Centro-Oeste também tiveram incremento populacional acima do conjunto das demais regiões do país, sendo que o Mato Grosso, puxado por aglomerações como Sinop e Alta Floresta, registrou taxa de crescimento geométrico de 5,4% no período 1980-91, reduzindo para 2,4 no período 1991-2000. Neste período Goiás e o Distrito Federal são os que obtiveram as maiores taxas, 2,5% e 2,8% respectivamente.

Ora, manter taxas expressivas de crescimento populacional e sustentá-las durante um longo período (de 1950-1980) justifica-se tanto pela existência de *fatores de expulsão* existentes na dinâmica econômica capitalista de outras regiões, com efeitos perversos em uma economia como a brasileira, quanto *de atração*, existentes no Centro-Oeste. Sem a combinação desses dois fatores, atração de um lado e expulsão de outro, o “fenômeno” não teria transformado a região num espaço econômico e urbanizado, integrado à economia nacional e internacional e integrador da região Norte.

Cabe ressaltar que a existência desses fatores mostra a ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional. Políticas de desenvolvimento regional existiam e expressavam-se através de inúmeros programas e projetos que, desde a segunda metade da década de 1950, foram implantados em diversas regiões do país. Tais políticas, todavia, eram implementadas de forma isolada, não integradas, muito embora o discurso da integração nacional sempre estivesse presente na retórica dos políticos. A ausência de uma política nacional de integração econômica acabou por fortalecer o desenvolvimento econômico dos

estados da região Sudeste do país, sobretudo São Paulo, e conforme ESTEVAM (1998:189), isto reforçou o caráter complementar das economias das demais regiões.

Quanto aos fatores de expulsão e de atração, vale dizer que estão associados a um processo que combina a mobilidade da população, enquanto força propulsora das atividades econômicas, com os investimentos na modernização do aparato produtivo, tanto no campo quanto na cidade. Entretanto, cabe analisar tudo isso sob outro enfoque também plausível, que coloca a questão da mobilidade populacional num quadro amenizador de tensões localizadas em outras regiões do país. Nesse sentido, a região Centro-Oeste acabou servindo de acomodação para seguidos fluxos migratórios.

O recorte amenizador de tensões assumido pela região teve também o seu lado positivo, na medida em que grande parte do capital humano que se dirigiu para o Centro-Oeste contribuiu para incorporá-lo à dinâmica da economia brasileira. Esse processo, conforme MOYSÉS (1999)³, transformou a região num espaço com grandes potencialidades de crescimento econômico, pois a natureza continental do país permitia ‘empurrar’ a fronteira agrícola para regiões ‘vazias’.

O fato é que o Centro-Oeste deixou de ser majoritariamente rural e passou a ser majoritariamente urbano a partir da década de 1970, exatamente quando o governo federal fez-se presente através da injeção de grandes somas de recursos na região. Vale destacar que as ações governamentais, traduzidas em importantes aportes de recursos, a grande maioria a fundo perdido, se, por um lado, estimularam o seu desenvolvimento, sobretudo nas atividades agropastoris e agroindustriais, por outro, provocaram grandes impactos nos seus espaços urbano e rural, alterando o seu perfil sócio-espacial.

Não resta dúvida de que os investimentos públicos e privados alocados por conta dos incentivos e programas governamentais foram de extrema importância para o crescimento da região, na medida em que proporcionaram um grande dinamismo econômico local, ao mesmo tempo em que asseguraram a sua integração à economia nacional⁴. No entanto, cabem algumas ponderações quanto aos efeitos decorrentes desse aporte maciço de investimento, pois, se de um lado eles lhe deram um novo perfil econômico, de outro, deram também uma nova feição social às suas cidades, sobretudo àquelas que mais se desenvolveram.

Os fluxos migratórios ganharam significância, pois estavam revestidos de um componente de natureza eminentemente social, dado o grau de mobilidade que assumiam e de natureza econômica, na medida em que deslocavam não só sonhos e esperanças, mas também

mão-de-obra barata que alimentava um processo de acumulação extremamente perverso. Um outro componente era de caráter cultural, pois o processo de “*desenraizamento*”, para aqueles que deixaram para trás a convivência de um mundo marcado pela solidariedade, em que a vida, apesar de rudimentar era harmônica, gerava, também, frustrações pelo que perderam e medo do que viria pela frente, pois o seu mundo anterior desmoronou-se diante da modernização.

Na leitura de BORGES (1999: 8-9), esse processo também provocou transformações na ordem social, alterando o padrão de sociabilidade da população local, porque mantinha a predominância do sistema fundiário, assentado em grandes propriedades rurais que se tornaram ainda maiores, desalojando seus habitantes que se deslocaram para as periferias das cidades próximas, conseqüentemente, perdendo o seu vínculo empregatício.

Não se pode ignorar que o conjunto de ações exógenas citadas contribuiu também para acelerar o movimento migratório e, conseqüentemente, adensar o Centro-Oeste. Basta verificar os dados sobre a dinâmica populacional para se verificar que a população total e urbana alcançara, já a partir dos anos 50, taxas expressivas de crescimento médio superiores à média nacional e à das demais regiões vistas isoladamente. Isso significa que os propósitos da *Marcha para o Oeste*, na perspectiva de se interiorizar o desenvolvimento, pelo menos no Centro-Oeste, foram atingidos.

De fato, esse contexto tipicamente econômico possibilitou a formação de uma rede urbana que passou a desempenhar papel importante na conformação do urbano no Centro-Oeste, em que o setor terciário era responsável por um consumo moderno e diversificado. Porém, essa conformação assumiu também caráter excludente. Isto porque, a partir dos anos 70, a modernização da agricultura importou não só máquinas, equipamentos e *commodities* (sementes de soja e de milho) tecnologicamente mais modernos, mas também migrantes com um perfil diferente, constituídos por, “paulistas, paranaenses e gaúchos, em geral portadores de capital e com experiência na atividade agrícola.” (IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, 2002:170).

Se, por um lado, as práticas modernas possibilitaram o rápido desenvolvimento de grandes áreas do Centro-Oeste, por outro, trouxeram problemas de natureza social que foram desaguar nas médias e grandes cidades. Em outros termos, a combinação de fatores tecnológicos aliados à experiência em agricultura de exportação e os investimentos públicos produziram, de fato, um novo modelo que resultou num processo de esvaziamento do campo e concentrou nas cidades o excedente rural que fora expulso.

Observe-se a perversidade desse novo modo de acumulação: a entrada de capital moderno na agricultura, voltado para a produção de *commodities*, substituiu não só os despossuídos assentados na fase anterior (até os anos 60), mas também a produção tradicional, como arroz, feijão, milho e mandioca, necessária à economia de subsistência, mas também importante para minimizar o custo da reprodução da força de trabalho nas cidades. Nesse caso, os despossuídos e os produtos tradicionais constituíram fatores de produção típicos da economia de subsistência, que assumiram caráter solidário e perderam sentido no novo contexto econômico. Nessa linha de raciocínio, é oportuna a argumentação de BORGES (1999:8) de que com os incentivos e financiamentos governamentais, a produção no campo passou a atuar sob a lógica capitalista no complexo grãos e carne, com busca crescentes de produtividade, voltando-se prioritariamente à exportação.

Conformação de uma rede urbana concentrada

O processo de desenvolvimento urbano do Centro-Oeste se revestiu de uma dinâmica contraditória marcante. De um território pouco adensado e com uma base econômica extremamente precária evoluiu para um processo acelerado de urbanização sustentado por uma economia voltada para o abastecimento do mercado externo. A economia, até o final dos anos 1960, atraía um tipo de mão-de-obra que demandava tecnologia de baixo custo e, portanto, não era poupadora de força de trabalho. Os migrantes que para cá se dirigiam estavam ligados às atividades de natureza tradicional e eram basicamente constituídos de trabalhadores despojados de meios de produção.

Com o advento da modernização da agricultura e a intensificação industrial das economias urbanas, num quadro de dependência, alterou-se o perfil do migrante. Entraram em cena os migrantes vindos do sul do país, detentores de capital, de novos conhecimentos e apoiados por incentivos governamentais. A combinação de capital, trabalho mais qualificado para lidar com equipamentos modernos e incentivos fiscais engendraram uma nova economia, voltada para o mercado externo.

Esse tipo de economia tem suas especificidades assentadas numa dinâmica que exige, de um lado, cada vez mais capital (capital inovado) e, de outro, cada vez menos mão-de-obra (especialmente qualificada) e, por conseqüência, novos produtos em que se incorporam cada vez mais trabalho morto em detrimento ao trabalho vivo.

As mudanças que ocorreram no processo de reprodução do capital na região foram radicais, pois evoluíram de um processo de acumulação simples para um processo de acumulação ampliada, ou seja, se antes produziam valores de uso, passaram a produzir

praticamente valores de troca. Isso não significa que sua economia tenha sido fechada, havendo comercialização apenas entre os seus próprios membros e nunca com o exterior, mas sim que o porte de sua produção e, conseqüentemente, de sua comercialização (ou seja, as transações comerciais) foi insuficiente para assegurar a continuidade de um processo ininterrupto de produção e de consumo de escala.

Em outros termos, a produção anterior tinha como objetivo principal abastecer a própria região e, muito raramente, o mercado externo, já que produzia excedente apenas para os mercados locais, portanto, insuficientes para atender à demanda externa. Isso permite concluir que as disparidades regionais não seriam superadas enquanto os investimentos públicos se dirigirem predominantemente para o grande capital.

No que se refere ao desenvolvimento da produção para o mercado externo, os dados da Tabela 5, ajudam a entender essa dinâmica, na medida em que mostram o crescimento expressivo das exportações de excedentes do Centro-Oeste pós-1970, sobretudo de produtos semi-manufaturados e manufaturados. Esses produtos são resultados dos novos processos produtivos implantados, advindos dos vários complexos agroindustriais de grãos-carne, evidenciando o amadurecimento econômico da região no sentido de cumprir o papel de que fora incumbida, ou seja, como região de fronteira, produzir excedentes para exportação e, com isso, contribuir para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

Tabela 5 - Taxa Média Anual de Crescimento das Exportações Brasileiras no Período 1985/95, por Regiões (em %)

<i>Brasil e Regiões</i>	Básicos	Semi-Manufaturados	Manufaturados	Total
Brasil	3,45	9,58	3,86	4,62
Região Norte	9,62	23,59	5,13	12,7
Região Nordeste	-1,05	8,28	2,4	3,01
Região Sudeste	3,54	8,28	3,26	4,03
Região Sul	2,43	9,02	6,22	5,01
Região Centro-Oeste	16,48	20,85	11,99	16,82
Mato Grosso	22,23	48,08	9,02	20,82
Mato Grosso do Sul	19,61	39,29	15,21	20,88
Goiás	8,76	10,96	21,57	10,39
Distrito Federal	-5,72	-	2,37	6,49

Fonte dos Dados Básicos: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo. Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES, IBGE.

Obs: No campo onde não consta valores, não foi possível calcular a taxa de crescimento, pois, em alguns anos, não ocorreram exportações. Tabela extraída do Relatório MPO/SEPRE "Revisão das Estratégias de Desenvolvimento do Centro-Oeste: Relatório Final da Coordenação (1998)".

A mudança do perfil econômico da região, evidenciada pelo comportamento das exportações, trouxe elementos que alteraram a dinâmica das cidades e seus respectivos funcionamentos. O processo de urbanização visto sob o aspecto populacional, foi

extremamente acelerado em todo o Centro-Oeste, principalmente nas cidades médias e grandes. Num primeiro momento, tiveram sua população aumentada em função dos vários fluxos migratórios internos e externos, e, num segundo momento, funcionaram como “imãs”, atraindo para si e para seus respectivos entornos grandes contingentes populacionais, já como fruto de uma mobilidade mais interna do que externa⁵.

Essa dinâmica resultou num processo de “*urbanização concentrada*”, o que implicou a existência de poucas cidades com população elevada, ou seja, apenas 2,6 dos municípios possuem população superior a 100 mil habitantes, no entanto estes juntos detêm metade do contingente populacional da região (49,9%), lembrando que nesse quantitativo existem duas capitais: Brasília, capital nacional, e Goiânia, capital regional, ambas com população acima de 1 milhão de habitantes. No outro extremo, encontram-se 32,1% dos municípios com população de até 3 mil habitantes, residindo apenas 4,2% da população. Se, por um lado, esses números revelam a força de atração das médias e grandes cidades, de outro, fica evidente a incapacidade das políticas locais e regionais no sentido de reter nos municípios menores sua população. Em outros termos, a modernização agrícola dos anos 70 desencadeou um processo de desertificação populacional que afetou grande parte dos municípios do Centro-Oeste.

Tabela 6 - Distribuição dos Municípios do Centro-Oeste segundo as Classes da população por Estado (GO, MT, MS e DF - 2000)

Classe de população	Distribuição por Estados				População por Estado				Número de Municípios		População Total	
	MS	MT	GO	DF	MS	MT	GO	DF	Nº	%	Residentes	%
até 3 mil	0	9	40	-	0	20.517	96.888	-	49	11,0	117.405	1,0
de 3 a 5 mil	8	22	64	-	33.481	89.238	246.146	-	94	21,1	368.865	3,2
de 5 a 10 mil	20	34	55	-	146.935	250.120	390.893	-	109	24,4	787.948	6,8
10 a 20 mil	28	39	36	-	394.532	554.743	499.433	-	103	23,1	1.448.708	12,4
20 a 50 mil	16	15	31	-	438.807	469.244	959.712	-	62	13,9	1.867.763	16,1
de 50 a 100 mil	3	4	10	-	235.676	271.620	729.292	-	17	3,8	1.236.588	10,6
de 100 a 500 mil	1	3	5	-	164.949	848.871	987.857	-	9	2,0	2.001.677	17,2
de 500 a 1 milhão	1	0	0	-	663.621	0	0	-	1	0,2	663.621	5,7
mais de 1 milhão	0	0	1	1	0	0	1.093.007	2.051.146	2	0,4	3.144.153	27,0
Total	77	126	242	1	2.078.001	2.504.353	5.003.228	2.051.146	446	100	11.636.728	100

Fonte: IBGE - Censo demográfico de 2000

Ressalte-se que no Centro-Oeste, segundo o Censo 2000, existem 446 municípios, sendo: 242 no Estado de Goiás, onde residem 43,0% da população da região; 77 no Mato Grosso do Sul, com 17,9% da população; 126 no Estado de Mato Grosso, com 28,3% da população e o Distrito Federal, com 17,6% da população centroestina.

Outro aspecto a ser considerado é que nos municípios de porte médio, as possibilidades de vida mais digna e com menos desigualdades sociais são melhores. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para municípios desse porte deveriam ocupar prioritariamente a agenda dos governantes, no sentido de fortalecer sua economia e, com isso, reduzir a pressão migratória sobre os municípios maiores.

Já as cidades pequenas, com menos de 20 mil habitantes, têm sistematicamente cedido sua população para as cidades médias, e estas, para as cidades grandes. Mesmo os municípios com menos de 100 mil habitantes possuem capacidade limitada de retenção de seus moradores, certamente por não possuírem uma rede de serviços e de comércio capaz de atender às suas expectativas.

Dentre as cidades mais receptoras, encontram-se as que estão na faixa de 100 a 500 mil habitantes. Essas cidades receberam população da própria região e de outras regiões do país. No entanto, o topo da “*urbanização concentrada*” está também nas cidades com população acima de 500 mil habitantes e menos de 1 milhão. Nesse patamar, apenas duas cidades, Cuiabá (com menos de 483 mil) e Campo Grande (com 663 mil). A Região Metropolitana de Goiânia e a Região de Desenvolvimento Integrado do Entorno (RIDE-Brasília), possuem, juntas, mais de 4,5 milhões, ou seja, mais de 1/3 da população (39,5%) de todo o Centro-Oeste. A concentração fica mais evidente quando se observa a população residente urbana, em que aproximadamente 65% moram em Goiás e no Distrito Federal.

Quanto a evolução da população urbana no Centro-Oeste, verifica-se que, com exceção de Mato Grosso, a taxa de crescimento é superior à média nacional. As maiores taxas de crescimento ocorreram em Goiás no período de 1950-70, devido à construção de Goiânia e de Brasília, e no Mato Grosso no período de 1980-91. A explicação tem a ver com a anexação de parte do Estado do Mato Grosso ao recém-criado Estado do Mato Grosso do Sul.

Este processo resultou na elevação da taxa de urbanização da região que passou de 21,5% em 1940, 48% em 1970 para 86,7% em 2000, sendo que no Distrito Federal esta taxa atinge 95,6% (Tabela 1).

Obviamente, a população rural, em termos absolutos, vem decrescendo a taxas elevadas, refletindo um processo rápido de deslocamento da população rural para as periferias das cidades pequenas, médias e grandes.

O que vale destacar é que as ações governamentais, se, de um lado, estimularam o desenvolvimento da região, sobretudo as atividades agropastoris e agroindustriais a partir dos anos 70, de outro lado provocaram grandes impactos nos espaços urbano e rural da região, alterando sobremaneira o seu perfil.

O conjunto dos dados disponibilizados para a região dá a medida do quanto a rede urbana no Centro-Oeste está concentrada em poucas cidades, onde as relações se dão de forma verticalizada e hierarquizada. Até os anos 1960, as cidades assumiam um perfil mais disperso, apesar da existência de centros polarizadores, como as capitais e outras aglomerações urbanas de menor porte, que foram importantes enquanto espaço estratégico para alavancar a fase seguinte. A partir dos anos 70, o perfil da região alterou-se com o crescimento acelerado de algumas cidades e a dinamização de centros urbanos de pequeno porte existentes em seu entorno, ensejando o surgimento de uma rede urbana sem a construção de mecanismos que assegurassem a articulação e a complementaridade entre as cidades, ver Michel ROCHEFORT (1998: 19).

A idéia de “rede urbana” estimula a pensar na possibilidade concreta de que é necessário que as cidades se articulem em função de objetivos comuns, criando verdadeiras “redes de cidades”, o que implica necessariamente romper com as formas verticalizadas e hierarquizadas ainda hoje predominantes e evoluir para formas que privilegiem o poder sinérgico que há nessas “redes”, em maior escala, e nas cidades, em escala menor. Isso significa que as cidades, ao invés de competirem entre si, devem estabelecer relações de complementaridade, de modo que “o específico” de cada cidade da rede seja potencializado e não sufocado, neutralizado.⁶

A Tabela 7 mostra em quais centros urbanos está concentrada a grande maioria da população total do Centro-Oeste. Observa-se que 57,4% estão concentrados em apenas 40 municípios, o que corresponde a 9,0% dos 446 municípios da região. Só as capitais dos Estados abrigam mais de 4 milhões de habitantes correspondendo a 36,9% da população total do Centro-Oeste. Outro espaço de grande concentração populacional é o denominado eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, com 33 municípios, considerando os entornos de Goiânia e Brasília. Nesse eixo concentram-se 4,8 milhões de pessoas, correspondendo a 42% da população do Centro-Oeste, portanto, mais de 1/3. Se, por um lado, a concentração em cidades disponibiliza mão-de-obra abundante e barata, por outro, por ser abundante e mal remunerada, gera problemas urbanos de toda ordem.

Tabela 7 - Principais Aglomerações Urbanas do Centro-Oeste Brasileiro (acima de 100 mil habitantes)

Aglomerações Urbanas	Quantidade de Municípios	População (2000)	% em relação à população total
1. Metropolitana Nacional de Brasília (RIDE)	22	2.958.196	25,4
2. Metropolitana Regional de Goiânia	11	1.639.516	14,1
Sub total (1+2)	33	4.597.712	39,5
3. Não metropolitana de Cuiabá + Várzea Grande	2	698.644	6,0
4. Centro Urbano Isolado de Campo Grande (MS)	1	663.621	5,7
Sub-Total (1+2+3+4)	36	5.959.977	51,2
5. Centro Urbano Isolado de Anápolis (GO)	1	288.085	2,5
6. Centro Urbano Isolado de Dourados (MS)	1	164.949	1,4
7. Centro Urbano Isolado de Rondonópolis (MT)	1	150.227	1,3
8. Centro Urbano Isolado de Rio Verde (GO)	1	116.552	1,0
Sub-Total (5+6+7+8)	4	719.813	6,2
Total Geral (1 a 8)	40	6.679.790	57,4
População do Centro-Oeste	-	11.636.728	100,0
População Urbana Total do C.O	-	10.092.976	86,7
Total de Municípios envolvidos	40	-	-

Fonte: Relatório VI da pesquisa IPEA/UNICAMP-IE-NESUR/IBGE (Tabela VIII) – Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil/1999 – (Dados organizados e atualizados pelo autor).

A Tabela 7 mostra em quais centros urbanos está concentrada a grande maioria da população total do Centro-Oeste. Observa-se que 57,4% estão concentrados em apenas 40 municípios, o que corresponde a 9,0% dos 446 municípios da região. Só as capitais dos Estados abrigam mais de 4 milhões de habitantes correspondendo a 36,9% da população total do Centro-Oeste. Outro espaço de grande concentração populacional é o denominado eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, com 33 municípios, considerando os entornos de Goiânia e Brasília. Nesse eixo concentram-se 4,8 milhões de pessoas, correspondendo a 42% da população do Centro-Oeste, portanto, mais de 1/3. Se, por um lado, a concentração em cidades disponibiliza mão-de-obra abundante e barata, por outro, por ser abundante e mal remunerada, gera problemas urbanos de toda ordem.

Assim, Goiânia e Brasília produziram periferias internas aos seus respectivos territórios e no entorno de suas respectivas áreas de influências que funcionam como “tapete”, para onde se varre a sujeira que incomoda que desvirtua a beleza das chamadas “áreas nobres” - as manchas de pobres que emolduram a paisagem urbana e comprometem o visual da cidade. Os espaços do “entorno”, ou seja, das Regiões Metropolitanas, são formados pela incapacidade dos núcleos centrais de absorverem a pressão das correntes migratórias.

Nesse sentido, acabam funcionando como “biombos” para reduzir as pressões sobre as áreas centrais. Entretanto, o que se verifica é que, nas Regiões Metropolitanas, também estão se formando espaços ocupados por enormes “manchas de pobreza” cada vez mais inseridas

num processo crescente de segregação social, em que imperam a insegurança, a criminalidade incontrolável, o alcoolismo, os desajustes familiares e o desemprego crescente.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY Ricardo (1999). **Moratória para os Cerrados. Elementos para uma estratégia de agricultura sustentável.** Texto internet. Departamento de Economia e Programa de Ciência Ambiental da USP. abramov@usp.br - http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/1999/Moratoria_para_os_cerrados.pdf - Acessado em 15.03.2006

BARBOSA, Altair Sales Cerrado (s/d): a dor fantasma. Texto internet: <http://www2.ucg.br/flash/artigos/050705cerrado.html> - **Acessado em 17.08.2006**

BORGES, Pedro Célio Alves (1999). **Identidade Regional e Política no Centro do Brasil.** Trabalho apresentado no Congresso Luso Brasileiro – Memórias e Imaginários, novembro. Mimeo.

DELITTI Wellington B. C. e PIVELLO Vânia R. Cerrado (s/d). Biodiversidade Ameaçada. Texto internet: <http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/meioamb/biodiv/cerrado/apresent.htm> - Acessado em 20.07.2006

ESTEVAN, Luiz (1998). **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás.** Goiânia: Editora do Autor.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2002). **Caracterização e Tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.** Volume 4. Brasília: IPEA.

MOYSÉS, Aristides et alli (1999). **Desenvolvimento Urbano do Centro-Oeste.** Trabalho em Grupo apresentado em Seminário da Disciplina Política Econômica e Desenvolvimento Urbano do Centro-Oeste. São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP.

ROCHEFORT, Michel (1998). **Redes e Sistemas: Ensinando sobre o Urbano e a Região.** São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Milton (1996c). **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec.

Notas

¹ Os Cerrados, segundo Abramovay (1999), ocupam um quarto do território brasileiro, num total superior a 200 milhões de hectares. Deste total, 155 milhões de hectares estão no Planalto Central e 38,8 milhões de hectares no Nordeste (Freire, 1997: 201), dos quais a maior parte (30,3 milhões de hectares) na região Meio-Norte: 43,3% da superfície do Maranhão é composta de Cerrados e 64,7% da do Piauí (Rocha, 1997:63). Existem áreas de Cerrados ainda em Rondônia, Roraima, Amapá e Pará, bem como em São Paulo.

² O ITS estima que mais de 300 cursos d'água secaram no Centro-Oeste em consequência da forma de ocupação do Cerrado.

³ O estudo “Desenvolvimento urbano do Centro-Oeste” é fruto de esforço coletivo do qual participaram: Aristides Moysés, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando César de Macedo Mota e Zoraide Amarante Itapura de Miranda.

⁴ “Grande parte deste dinamismo está associado às características de fronteira aberta do Centro-Oeste, à sua extensão territorial e às potencialidades naturais e sociais de sua região, tais como a vasta vegetação típica do cerrado, recursos hídricos em abundância, recursos minerais, taxas crescentes de população alavancadas por um fluxo migratório intenso”. Moysés, 1999

⁵ Esse fenômeno foi chamado de “desconcentração urbana” por vários autores, dentre eles, Luiz César de Queiroz Ribeiro, em “Reforma Urbana na Crise: Balanço Teórico e Desafios”. In: RIBEIRO (1994).

⁶ Com a emergência das Cidades Globais, fala-se hoje em Rede de Cidades Globais. Trata-se de um espaço em que um conjunto de atividades econômicas e de integração sócio-cultural ocorre em tempo real, graças ao avanço da tecnologia computacional e das telecomunicações. A esse respeito, existe vasta literatura. Nesse novo contexto, a cidade ocupa papel central. Autores como SASSEN (1991; 1998; 1999), BORJA (1998), CASTELLS (1999), ASCHER (1998), IANNI (1994), HALL (1998), de leitura obrigatória, focalizam a cidade como o novo ponto cardeal das questões urbanas.